

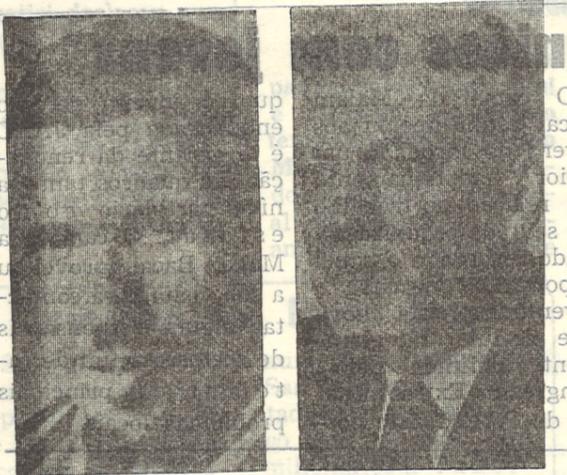


NO DIA 24 DE NOVEMBRO

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

OUA CONDENA INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA NO SAHARA (PÁG. 7)

FESTAS NACIONAIS DA MAURITÂNIA E DA JUGOSLÁVIA



Presidente da República Islâmica da Mauritânia e da presidência da República Socialista da Federativa da Jugoslávia. (Pág. 8)

TERMINOU CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO DAS DECISÕES DO CONGRESSO DO PAIGC

A campanha de popularização das decisões do I Congresso Extraordinário do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde terminou já na capital. A acção teve início no passado dia 24 de Novembro, em seis zonas que integram o Sector Autónomo de Bissau. As sessões foram orientadas por alguns dirigentes do Partido.

Durante a divulgação das decisões do I Congresso Extraordinário foi também, segundo a decisão do Comité Central do Partido saída da sua primeira reunião extraordinária, do dia 16 de Novembro, feito um esclarecimento sobre o comunicado deste órgão máximo do Partido, entre os dois congressos, no que refere a libertação de alguns elementos detidos após os acontecimentos de 14 de Novembro de 1980, incluindo o ex-Presidente Luiz Cabral.

As sessões decorreram num ambiente de camaradagem, de militância e de compreensão, sobretudo no tocante a decisão do CC do Partido de libertação de presos. Esta medida pôs mais, uma vez em evidência o humanismo que sempre tem caracterizado o PAIGC.

Entretanto, realizou-se na segunda-feira passada em Safim a reunião de divulgação das decisões do Congresso, sob a presidência do camarada Mário Mendes, do CC do Partido e director-geral da Aeronáutica Civil.

Na referida reunião estiveram presentes os camaradas Manuel Na Digna, Presidente do Comité do Partido e do Estado da região de Biombo e Dinis Cabolol, Secretário para a Organização do Partido na mesma região, bem como os responsáveis do Sector de Safim.

SAÚDE MARIA VISITA QUINARA

O camarada Victor Saúde Maria, do BP do Comité Central do PAIGC, Vice-Presidente do Conselho da Revolução e ministro dos Negócios Estrangeiros, efectuou uma visita de trabalho a região de Quinara. Durante a sua permanência na sede regional, Fulacunda, o camarada Vice-Presidente do Conselho da Revolução visitou as obras ali em curso e teve uma reunião com os homens grandes das tabancas próximas de Fulacunda. Nesta reunião foram abordadas questões referentes à situação agrícola e as decisões do I Congresso Extraordinário do Partido. (Ver Pág. 8)

TIMOR-LESTE SEIS ANOS DE RESISTÊNCIA

O povo de Timor-Leste comemorou no passado 28 de Novembro o VI aniversário da Independência proclamada pelo seu Partido de vanguarda Fretilin. Há seis anos que o povo maubere vem resistindo tenazmente à agressão das tropas anexionistas do regime indonésio, que na base da violência e repressão teimam em permanecer na terra do herói e mártir - Nicolau Lobato.

A foto ao lado regista a acção de Cruz Vermelha, considerada tardia, devido os horrores praticados pelos soldados do general Suharto.



KIM IL SUNG FELICITA SECRETÁRIO-GERAL DO PARTIDO

O Secretário-geral do CC do Partido do Trabalho da RPD da Coreia, Kim Il Sung, endereçou felicitações ao camarada João Bernardo Vieira por ocasião da sua eleição para Secretário-geral do PAIGC. Na sua mensagem, o líder coreano exprime a sua convicção nos êxitos do povo da Guiné-Bissau na árdua tarefa de Reconstrução Nacional, manifestando também o desejo de desenvolver seguramente em todos os domínios as relações de amizade e de cooperação existentes entre os nossos dois países, povos e partidos.

Cruz Vermelha no nosso país

Mais uma vez venho ocupar a coluna dos leitores, a fim de dirigir um pedido aos camaradas da Cruz Vermelha da Guiné-Bissau, e ao mesmo tempo dirigir uma calorosa e fraternal saudação aos nossos camaradas do jornal «Nô Pintcha» pelo esforço árduo despendido por eles no campo da informação a todo o povo guineense.

Hoje o meu pedido, razão desta carta dos leitores é a fim de pedir aos camaradas da Cruz Vermelha um pequeno esclarecimento.

Ora nós sabemos que existe actualmente no nosso país uma grande dificuldade de abastecimento de medicamentos pelos países amigos devido a fraca organização da Cruz Vermelha da Guiné-Bissau.

Uma vez ouvi falar de uma certa doença — paralisia infantil — que afectava as crianças principalmente na zona de Biombo. Ora para conseguir salvar essas crianças o nosso país pediu ajuda em medicamentos a um desses países nossos amigos. Em resposta, lembro-me perfeitamente, disseram que só podiam mandar medicamentos se o pedido tivesse sido formulado pela Cruz Vermelha da Guiné-Bissau. E só assim é que o nosso país conseguiu os ditos medicamentos.

Desde aquela data, os responsáveis desta organização tentam mobilizar o nosso povo (principalmente os mais jovens) a fim de aderirem à Cruz Vermelha para que ela possa alargar-se a todo o território nacional. Mas acontece que tudo tem sido inútil. Não quero, no entanto, dizer que as pessoas estão contra esta instituição, o problema talvez é que muita gente não conhece os seus objectivos, a sua importância e o papel que lhe cabe desempenhar na Guiné-Bissau.

Por isso pergunto: porquê é que os camaradas responsáveis da Cruz Vermelha não tentam iniciar um programa de sensibilização no Rádio a fim de poder recrutar voluntários? Acho que assim será possível levar avante esta tão importante iniciativa. Mas penso que o camarada Nicolau Ramos como um dos responsáveis máximos desta instituição talvez nos possa esclarecer melhor nesse sentido.

F E P Y

Pedidos de correspondência

Português, filatelista e maximafilista de 34 anos de idade, deseja permutar correspondência, amigável, com guineenses. Ele pretende trocar selos e postais.

Escrever para:

Horácio José; Rua Rodrigues de Freitas, 20, 2.º Esq.º 1495.

Lisboa — Portugal

Jovem guineense, de 21 anos de idade pretende manter intercâmbio cultural com jovens portugueses de ambos os sexos e idade compreendida entre os 18 a 27 anos. Deseja trocar experiências, fotografias, cartões postais, revistas e jornais e aumentar conhecimentos.

O endereço é seguinte:

Fodé Mané (Wash), Av. do Brasil, 5 C. P. 140 — CABEVI — Bissau.

República da Guiné-Bissau

Jovem guineense, estudante, deseja corresponder com jovens de países de expressão portuguesa, de ambos os sexos, com idade compreendida entre os 17 e os 30 anos, para troca de postais, selos, fotografias, jornais, e assim criar amizade sincera.

Escrever para:

Dem-N'na Albat, Liceu Nacional Kwame N'Krumah, C. P. n.º 237 — Guiné-Bissau.

Artistas soviéticos no interior

A embaixada cultural da República Socialista Federativa da Ucrânia que se encontra na Guiné-Bissau desde quinta-feira passada, está no leste do país. Os artistas soviéticos darão espectáculos em Bafatá e Gabú e regressam amanhã a capital.

A delegação é dirigida pelo I Vice-ministro da Cultura da Ucrânia, Stanislav U. Koltunuk e integra ainda o Herói de trabalho socialista Diachenko V. Grigorievitch, chefe do sector da produção de Sovjos «Komsomolesky».

Após a sua chegada a nossa terra os artistas soviéticos actuaram já por duas vezes para o público de Bissau, e com agrado, no sábado passado eles deslocaram-se a Bubaque, onde também deram um excelente espectáculo.

A comitiva deslocou-se ao nosso país a convite da Associação de Amizade Guiné-Bissau-URSS e no quadro da semana de Amizade entre os dois povos e países.

Gaz de cozinha já está à venda

Só agora foi posto à venda nos estabelecimentos de comercialização da Guiné-Gaz, em Bissau e no interior do país, as 615 toneladas de gaz de cozinha que chegaram já alguns dias ao país, adquiridas na Argélia pelo nosso Governo.

O gaz chegou a Bissau desde o passado dia 11 de Novembro mas devido ao mau estado da ponte da Dicol' foi necessária uma semana para

descarregar todo o produto, pois só se efectuavam operações durante a maré cheia.

Recorde-se que o gaz de cozinha escasseou em todo o país desde meados de Julho passado. Entretanto, o nosso Governo encomendou logo em seguida à Argélia. Segundo o camarada Tomás, responsável da Guiné-Gaz, a demora deveu-se as operações de contacto com o Banco de Paris,

para efeitos de financiamento. «Depois das operações feitas houve dificuldades por parte da Argélia de garantir o transporte do produto até à nossa capital», sublinhou.

Por outro lado, o camarada Tomás esclareceu ainda que as botijas normais continuam a custar 450 pesos enquanto que as grandes que eram a 1.905 pesos, passaram a custar 1.930 pesos.

Delegação da FDJ visita Cacheu

Uma delegação da Juventude Livre Alemã-FDJ e de Pioneiros «Ernest Thalmann», da República Democrática Alemã, que se encontra em Bissau, deslocou-se na semana passada a região de Cacheu para um

encontro de amizade com os Pioneiros Abel Djassi. A delegação foi acompanhada pela camarada Filomena Barreto, Secretária Nacional da Organização de Pioneiros.

Num encontro realiza-

do na Escola 1.º de Junho (Escola que mantém relações de amizade com a Escola Amílcar Cabral, em Berlim), os membros da delegação falaram do apoio concedido pela RDA aos Pioneiros Abel Djassi.

Gabú: Reuniões com jovens

O camarada Malam Bacai Sanhá, do CC do Partido e Presidente do Comité do Partido e do Estado da região de Gabú, visitou o sector de Pirada, tendo aí presidido a várias reuniões de trabalho com os jovens, com objectivo de implantar uma nova dinâmica a organização juvenil.

O camarada Malam Bacai Sanhá apelou aos jovens de Pirada a um maior empenhamento em relação ao trabalho no seio da organização, tendo recordado o papel importante que cabe à juventude nesta nova fase de luta, tão claramente definida pelo I Congresso Extraordinário do PAIGC, isto por-

que, a jovem geração enquadrada pela JAAC é o garante da renovação de quadros tanto a nível partidário como estatal. O camarada Malam Bacai aproveitou a sua visita para contactar alguns responsáveis de sectores a fim de inteirar dos principais problemas locais.

Responde o povo

Um ano após o 14 de Novembro que mudanças?

O calendário impõe que se contem os dias, os meses, e os anos quando acontece qualquer coisa de marcante na nossa vida. A Fundação do P.A.I. G.C., o início da Luta Armada de Libertação, a Proclamação da Independência Nacional, os sete anos do regime anterior, foram acontecimentos que marcaram a nossa época, a nossa vida com êxitos e revezes. Depois de tudo isso, surgiu o 14 de Novembro, data que, pelos acontecimentos, conquistou um lugar de destaque no nosso calendário. Já lá vai um ano desde o desencadear do reajustamento; um ano em que os dias foram vividos em visível exaltação popular. O nosso inquérito de hoje surge precisamente, numa análise crítica do novo processo. Eis as primeiras opiniões:

NÃO DEIXAR ESMORECER OS ANIMOS

José de Barros, trabalhador do Secretariado do Partido — «Desde que se considera o homem como factor principal do processo de desenvolvimento, o nosso Partido tem nas mãos o fundamental para avançar na sua luta, ou seja a nova dinâmica motivada no país pela acção revolucionária do 14 de Novembro, que atingiu o apogeu no Congresso Extraordinário. Isso já é um passo importante no novo processo de desenvolvimento.

No regime anterior, os ânimos foram esmorecendo pouco a pouco. Agora, o importante é estimular esse entusiasmo e mobilização revitalizados, definir claramente a acção conjunta com a implícita distribuição de tarefas concretas a cada um, para se poder colher os frutos da semente que foi lançada à terra com o renascimento do P.A.I. G.C.»

MELHORIA NO ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Oswaldo Tomaz Sousa Cordeiro, operador de Telex do SECT — «Do

14 de Novembro de 1980 para cá, neste novo processo que o país vive, verificou-se já uma certa melhoria no sistema de abastecimento alimentar das populações. Entretanto, ainda há carências e falhas que precisam ser ultrapassadas. No aspecto do abastecimento alimentar, um passo importante foi dado no sentido de controlar os preços irregularmente praticados no comércio, e no combate aos açambarcadores e revendedores.

Entretanto, verifica-se até agora que não existe uma uniformização dos preços praticados pelos diferentes estabelecimentos comerciais. Há muita especulação, facto que agrava ainda mais o aumento do custo de vida. As especulações que ainda se verificam é sinal de que o trabalho dos fiscais não está a ser eficiente. Há, por exemplo, casas de pasto que, apesar de terem sido multadas por práticas irregulares,

continuam a exigir aos clientes o consumo da cerveja só com petiscos».

DESENVOLVIMENTO RURAL COM ESTÍMULOS AOS CAMPONESES

António Higinio Cruz, professor de Educação Física do Liceu — «A minha observação crítica quanto ao novo processo que o país está a viver concentra-se mais em questões do Desenvolvimento Rural, visto que a agricultura é considerada a base da nossa economia.

Dantes, os componentes lavravam somente o necessário para o seu consumo. Mas hoje, espera-se deles um aumento considerável da produção não só com o objectivo de se atingir a autosuficiência alimentar do país, como também com perspectivas de exportação. Ora, o que eu vejo aqui é que, só com o arado alí a virar o terreno, torna-se-nos difícil, senão impossível atingir tais objectivos».

Por uma administração justa e eficiente

Por: Francisco Barreto (Fico) ★

«O desenvolvimento do nosso país deve ser obra de todos os ministérios e regiões». Nesta frase dita de forma simples e directa pelo camarada presidente do Comité de Estado da Região de Quí-nara, Quemo Mané, está sintetizada o espírito que caracterizou o II Encontro, com os Presidentes dos Comités de Estado e Secretários regionais realizada em Bissau de 5 a 8 de Outubro. Na verdade a iniciativa da Direcção Geral da Administração Interna enquadra-se na necessidade de se assegurar um desenvolvimento integral e harmonioso do país o que implica a participação responsável e permanente das regiões e ministérios na dinâmica nacional.

Quanto a preocupação deontológica que esteve na base deste encontro seria definido logo desde a sessão inaugural pelo Ministro Sem Pasta, João Cruz Pinto, quando afirmou, no discurso de abertura, que este II Encontro surgia da necessidade de se pensar a situação actual da Administração Interna afim de se proceder a um balanço e de se aprender e desvendar coisas e ensinamentos novos. Pensamos que o Camarada Ministro Sem Pasta tinha razão, ao afirmar que ao aprender pelo estudo conjunto dos problemas os quadros ligados a Administração Interna fazem-se rodear de armas novas, para a intervenção que lhes é solicitada diariamente pelo Estado, pelo Partido, pelas instituições que legalizam a estrutura nacional. Como o afirmou ainda o ministro Sem Pasta, medir os passos dados, tirar deles a lição ideal e objectiva, como nos ensinou Cabral, constitui um campo de estudos que valoriza a bagagem de cada um dos quadros porque a nação democrática que queremos construir é uma arquitectura que se faz no rigor do trabalho e da abertura universal aos problemas que se apresentam no quotidiano e os quadros da nossa administração devem saber aproveitar a experiência e o diálogo construtivo para melhor encontrar o seu lugar e disciplinar a sua intervenção no conjunto das manifestações da vida nacional.

Na expectativa de avaliar o alcance deste II Encontro com os Presidentes dos Comités de Região e Secretários regionais analisemos, ainda que sumariamente, a situação da nossa administração em geral. Como todos sabem, a administração regula as relações que existem entre todos os sectores da vida nacional. Por isso o seu comportamento e o seu desenvolvimento têm repercussões directas na vida do país. O Partido, consciente do papel determinante da administração, reagrupou a vanguarda militante a frente da administração (empresas, ministérios e outras instituições estatais) tentando enquadrar os funcionários da Administração colonial. Procedendo assim o Partido quis assegurar a efectivação do seu papel essencial de estabelecer a harmonia ao mesmo tempo que assegurava que o seu programa fosse aplicado sob o controle dos seus quadros mais experimentados. Este método pressupunha, à partida, uma integração entre os dois tipos de quadros encarregados de administrar o país: os políticos e os administrativos.

Mas o que infelizmente se verificou na maioria dos casos não foi a integração mas sim a polarização desses dois grupos. Por um lado os que criticam a burocracia abstraindo-se completamente da parte administrativa que relegam para os quadros administrativos ocupando-se eles apenas da parte política. Por outro lado, encontramos os quadros administrativos que, afirmando não ter nada com as questões políticas agarram-se às leis e normas multiplicando os processos e trâmites (na maioria das vezes supérfluos) engendrando assim o fenómeno de uma pesada burocracia em detrimento da eficácia, da iniciativa e da capacidade criadoras. Isso originou um conceito errado da administração que, pretendendo melhor administrar, culmina numa burocracia paralisante, de um lado, e na anarquia infrutífera, do outro.

Daí que a primeira nota positiva a extrair deste encontro foi a intenção, embora não manifestada mas notória, de se tentar através destes encontros

e de seminários, como o que se realizará ainda durante este mês, de se tentar «politizar» os quadros administrativos, e de «legislar» os quadros políticos a fim de se fazer destes dois grupos uma equipa dinâmica reunindo simbioticamente as duas qualidades.

EQUILÍBRIO CAMPO/CIDADE

«Somos políticos temos um compromisso com o nosso povo». Esta frase foi dita pelo camarada Irénio Nascimento Lopes, Presidente de Comité de Estado da Região de Oio, traduz a qualidade humana das questões fundamentais ou elementares da vida nacional tratados neste II encontro. Apresentando-se sempre identificados com a hora que passa, com o momento que se vive, estas questões representam a natural ansiedade do próprio país distribuída pelas diferentes áreas de urgência dos nossos problemas. Ansiedade que, no entanto, não despromove o optimismo, antes o renova e o aponta nos diferentes domínios em que, de facto, nos foi possível atingir resultados extremamente positivos contra toda a classe de dificuldades naturais.

O apoio solicitado pelos presidentes e secretários regionais em relação ao campo e ao camponês oferece, como elemento de largo alcance social, a preocupação do reforço do equilíbrio entre o campo e a cidade. Este equilíbrio passa por ser o verdadeiro centro das energias e da personalidade social do país por nele se reunirem as várias dimensões do carácter popular e democrático que anima a nossa vida nacional. Mereceu-nos, por outro lado, atenção especial o conceito dos responsáveis regionais do pleno aproveitamento dos quadros mediante uma actividade mais planificada e mais realista das nossas instituições. Estas, de acordo com o que nos foi dado ascultar nestes dias de contacto com os camaradas Presidentes de Comités, deverão sobretudo agir no sentido de concorrerem tão objectivamente quanto possível para ultrapassagem gradual dos desequilíbrios que ainda hoje se verificam e de pôr termo ao embanjamento dos magros recursos materiais e humanos existentes. É neste quadro que o apelo premente de se pôr termo à situação dos que chamaram «agrónomos da capital» atinge todo o seu alcance, pois, segundo ainda os responsáveis regionais, os nossos engenheiros agrónomos deviam ser melhor aproveitados no enquadramento e desenvolvimento do mundo rural.

Também não escapou à análise dos responsáveis regionais a necessidade de atender às prioridades reais combatendo o que poderia ser o vício das necessidades meramente aparentes. O pensamento e as intenções assim expressas durante o encontro caminham com nitidez ao encontro das populações do país. Pelo que se torna necessário compreender com o maior realismo as solicitações para as realizações nas regiões, que numa primeira fase têm por objectivo assegurar um mínimo a cada cidadão e um modelo de consumo correspondendo às normas de uma vida decente: alimentação, alojamento, vestuário, saúde, escolarização das crianças, cultura e diversões. Estas solicitações, formuladas quando as feridas económicas de uma seca rigorosa vivida nos últimos anos não se encontram ainda debaladas, parece demonstrar que o Estado, pela voz dos seus representantes regionais, não se furta à sua responsabilidade enquanto que a contrapartida garantida pelas populações é precisamente a expectativa de um aumento sensível da riqueza produzida pelos próprios beneficiários.

Aqui a questão do êxodo rural e à fuga dos produtos nacionais através das nossas fronteiras sofreram um tratameno exaustivo encontrando-lhes as causas e preconizando-se a solução através da criação de condições de vida nas regiões e do estímulo aos camponeses através de uma melhoria dos serviços de abastecimento dos produtos de primeira necessidade e da comercialização dos produtos. Encontramos-nos assim perante um gesto que responsabiliza não apenas quem o assume ou quem o decide mas aqueles a quem é endereçado. Convém

realçar a crítica feita a alguns ministérios e empresas que actuam nas regiões sem a coordenação dos responsáveis regionais criando assim problemas de ordem logístico, político, administrativo e disciplinar. E o sinal de que as responsabilidades aumentam mutuamente pode muito bem recair na revelação do camarada Ministro Sem Pasta ao frisar a próxima entrada em vigor do estatuto da organização política-administrativa do país. Não custa admitir que o referido estatuto irá projectar junto de cada responsável os meios de assimilação indispensáveis da missão que a cada um cabe desempenhar na vida nacional.

SECTOR PRIVADO

Uma outra zona interessante das intervenções que marcaram este II encontro é a acção deste gigante acéfalo que é hoje os Armazéns do Povo. Seria ainda o camarada Presidente do Comité da Região de Oio que sintetizaria a problemática desta empresa, que tantos e tão bons serviços prestou durante a luta armada de libertação nacional, mas que nos últimos anos primou por uma certa desorganização e por uma flagrante incapacidade de responder as diversas solicitações do nosso povo. Recordando Cabral num dos seminários de quadros, o camarada Irénio diria que «uma das maiores desgraças dos países africanos é a mania de nacionalizar tudo logo após a independência». Acharmos que na afirmação do Presidente da região de Oio reside um problema fundamental que urge solucionar: a análise correcta e realista da capacidade de intervenção do Estado e os benefícios e inconvenientes do sector privado. Os presidentes e secretários regionais foram unânimes em afirmar a necessidade de se conceder uma certa liberdade e incentivo à iniciativa privada lá onde a capacidade de intervenção do Estado não oferece garantias de eficiência, dando aos privados a possibilidade de exercerem a sua actividade num sentido socialmente útil e permitindo-lhes ganhar um lucro razoável de acordo com as suas actividades, assegurando-se correctamente a cobertura e cumprimento das suas obrigações regulamentares e sociais e a salvaguarda da nossa opção por uma sociedade liberta da exploração do Homem pelo Homem.

Como não podia deixar de ser o Partido e a fase actual emergente do glorioso Movimento Reajustador do 14 de Novembro mereceram a atenção do encontro tendo os responsáveis regionais reafirmando o seu incondicional apoio ao Conselho da Revolução e a sua indefectível adesão aos ideais do Movimento. A consciência e o sentido de responsabilidade e de patriotismo que caracterizaram a discussão dos anteprojectos das teses, do programa e dos estatutos do PAIGC nas regiões foi sublinhado pelos responsáveis regionais tendo sido condenada a actuação de alguns elementos isolados que, pretendendo disvirtuar o espírito do 14 de Novembro, tiveram uma atitude que só pode ser explicada por uma cega má vontade ou por um despeito incontrolado.

Os Presidentes e Secretários Regionais não deixaram ainda de salientar os avanços qualitativos já conseguidos apontando a necessidade de se pôr em prática métodos de actuação mais de acordo com o peso de cada situação concreta. O Partido pensa e racionaliza, o Estado legaliza uma burocracia justa e necessária e os trabalhadores recebem, através destes mecanismos, a recompensa do seu esforço. Eis a proposta que se pode deduzir das intervenções pronunciadas.

Se quiséssemos resumir o que foi este II Encontro com os Presidentes dos Comités e Secretários Regionais diríamos que constituiu talvez um trecho vigoroso no campo das definições elementares das opções que marcam o avanço da Reconstrução Nacional, sendo agora fundamental que todos os Responsáveis se compenemrem da necessidade de avançar na doação plena do seu esforço e da sua disponibilidade na construção de uma nação democrática, de um Homem Novo, de uma vida melhor. Melhor no sentido da unidade de acção, das aproximações criadoras e vivamente solidárias e da elevação qualitativa do comportamento e do pensamento. Melhor no sentido da concórdia nacional sem a qual não é possível Homens de profissões diferentes conduzirem de mãos irmandas o facho do ideal da Reconstrução Nacional.

(* — Funcionário do Ministério da Informação e Cultura)

Alimentação no mundo: O perigo de u

Decorridas algumas semanas sobre as comemorações do Dia Mundial da Alimentação, prosseguimos a publicação de artigos sobre a problemática da fome e alimentação no mundo. Neste número, vamos abordar o perigo da crise alimentar, as medidas a nível da FAO, e a necessidade de planeamento alimentar.

O director-geral da FAO, Eduard Saouma, declarou recentemente que uma crise alimentar mundial poderá produzir-se neste período de 1981-82, se persistirem as tendências actuais da produção e dos preços. Saouma sublinhou ainda que em África as perspectivas neste domínio são «verdadeiramente alarmantes».

A FAO constata que os países em desenvolvimento faziam cada vez mais apelo às importações para satisfazer as suas necessidades alimentares, enquanto a produção de víveres parece enfraquecer. Em 1979, a produção mun-

dial nesse domínio aumentou em menos de um por cento, e as estimativas preliminares indicam que ela progrediu muito menos ainda em 1980.

Por dois anos consecutivos, a produção de cereais diminuiu no conjunto dos países desenvolvidos, e a produção mundial de cereais não atingiu um nível suficiente para satisfazer a procura necessária.

Apesar de certo aumento de produção de víveres em alguns países, a realidade é que a situação se agravou em África, onde mais

de 20 países ao Sul do Sahara foram atingidos pelas secas.

Os estoques de cereais, que diminuíram por dois anos consecutivos à volta de 17 por cento, deverão cair ao nível mais baixo dos últimos dez anos. Situação nitidamente abaixo do nível necessário para garantir a segurança alimentar mundial. As previsões até agora efectuadas sobre os estoques constituem um mau presságio para a campanha de 1981-82, que decorrerá sem nenhuma protecção contra as perdas de produção agrícola.

Se as colheitas de 1981 são más nas regiões produtoras, e se a procura provoca um aumento de preço, os países de fraco rendimento, importadores de produtos alimentares,

poderão enfrentar ainda maiores dificuldades, na tentativa de procurarem o necessário para a sobrevivência das suas populações.

NECESSIDADE DE UM PLANEAMENTO

A ilusão de que as reformas sociais necessárias para acabar com a fome acabam igualmente com a liberdade individual, desmobiliza muita gente bem intencionada. Estaria assim implícito que as sociedades que levam por diante modificações estruturais para acabar com a fome teriam pelo menos, uma menor liberdade. Isto é falso, mesmo considerado em termos de liberdades teóricas — indica uma análise do «guia do terceiro mundo».

Ainda segundo a

mesma fonte, os povos dos países onde a fome e outras formas de pobreza são uma realidade generalizada, como nas Filipinas, no Chile ou na Guatemala, não têm sequer a liberdade teórica de se reunirem livremente ou de votar. Por outro lado, aquela «tese» parece sugerir que ao eliminar a fome os países passam de um estado de «maior liberdade» para outro de «menor liberdade».

No entanto, quando estudamos sociedades em que a maior parte da população tem acesso a mais alimentos, mais empregos e mais segurança na velhice — China e Cuba, por exemplo — verificamos que a maioria do povo não passou de um estado de liberdade para um estado de repressão no processo que os conduziu a essa segurança.

As estruturas políticas e económicas que precederam as actuais eram das mais repressivas do mundo.

É um conceito generalizado que o planeamento está associado a uma forma de governo totalitário.

Não é verdade, pois mesmo numa economia comandada por interesses privados também existe planeamento, embora num âmbito mais restrito e em proveito próprio.

O planeamento, para ser autêntico, deve basear-se na comunidade e atingir toda a sociedade. Não se pode limitar a estabelecer quotas, metas e tarefas. Deve basear-se na organização de uma estrutura de comunicação inteligente entre os dirigentes e as comunidades. Assim, a agricultura torna-se prioritária

A socialização do campo em

A oitava sessão da Assembleia Popular moçambicana, reunida recentemente em Maputo, aprovou os princípios fundamentais do Plano Prospectivo Indicativo (PPI), instrumento de orientação da economia moçambicana ao longo da década. O documento, que constitui o ponto mais alto do cumprimento das directivas económicas do III Congresso da FRELIMO, encontra-se dividido em três componentes principais: Socialização do Campo; Industrialização do País e Força do Trabalho e Formação. A revista moçambicana «TEMPO» inseriu, no seu número de Outubro corrente, um trabalho sobre o primeiro capítulo do PPI, ou seja, a socialização do campo, que passamos a reproduzir, dado o interesse que a experiência poderá despertar no nosso meio, particularmente no respeitante à formação de cooperativas de produção, uma experiência em curso no país.

Moçambique apostou em sair do subdesenvolvimento. E não apostou por uma coisa tão séria e difícil, de ânimo leve. Desde 1979 que responsáveis, dirigentes e quadros do Aparelho de Estado se vêm debruçando sobre um plano para sair desse subdesenvolvimento. E o plano apa-receu. O plano foi elaborado, verificado, corrigido. Esse plano tem o nome abreviado de PPI, que significa Plano Prospectivo Indicativo. Depois de pronto foi apresentado ao órgão máximo do Poder de Estado, a Assembleia Popular. Esta, como foi noticiado, reuniu-se numa sessão para deliberar sobre o PPI. Saíram aprovadas as suas linhas fundamentais. E a aprovação foi por aclamação.

QUANDO OS DEPUTADOS FALAM

Os deputados e convidados — operários, camponeses, intelectuais,

responsáveis, dirigentes, e quadros — debruçaram-se, em grupos de trabalho, e foram aos pormenores do PPI. Eles transmitiram as suas experiências. Fizeram as suas críticas aos problemas que constataam no dia-a-dia do seu trabalho. Mas, sobretudo, manifestaram a sua adesão ao PPI porque ele corresponde ao sonho de todos os moçambicanos: comer bem, dormir bem, vestir bem, viver mais tempo, estudar, conquistar um futuro feliz para os nossos filhos. E esta tarefa não é fácil. Mas é possível. É um sonho realizável. Para concretizá-lo é necessária a mesma determinação que ditou o início da Luta Armada de Libertação Nacional porque esta é uma outra guerra. É guerra contra o inimigo principal desta fase da revolução. Esse inimigo é a fome, a nudez, a miséria, a ignorância. É o subdesenvolvimento. Exige o esforço conjugado de to-

dos os moçambicanos patriotas.

E os deputados falaram deste inimigo que é necessário eliminar. Aceitaram o desafio. Agora é necessário que todo o Povo assumam esta nova frente que, aliás, não é nova. É apenas uma nova qualidade que a Reconstrução Nacional ganhou. A socialização do campo aparece, neste quadro, como a tarefa principal. Primeiro, como suporte da industrialização do país. Segundo, porque sem socialização do campo milhões de camponeses continuarão dispersos. E os que agora já vivem em aldeias comunais ou estão integrados em cooperativas iriam desmobilizar-se. Paralelamente, as machambas estatais aparecem como outro factor imprescindível para o desenvolvimento rural.

Hoje, são 70 mil os camponeses que vivem em cooperativas e al-

deias comunais. Em 1990 eles deverão ser 5 milhões. Hoje, é a produção familiar que domina. Noventa e quatro por cento da área cultivada vai para o sector familiar. Oitenta por cento do valor bruto da produção agrária é esse sector que o produz. No entanto, a fome, a miséria, a nudez, são factos facilmente constatáveis. Podíamos ter milho para nós e para vender ao estrangeiro, mas importamos milho. Podíamos ter trigo, carne, peixe. Mas importamos o trigo, importamos a carne, importamos o peixe. O gado de que o País dispõe, grande parte dele continua, mal tratado, nas mãos do camponês conservador que dele faz um símbolo de poder feudal. Só as cooperativas e as machambas estatais podem dar uma volta completa a esta situação, invertendo-a.

ELIMINAR OS ERROS

Nos grupos de trabalho da Assembleia Popular e na resolução final, os erros que se cometeram na mobilização dos camponeses para as cooperativas foram analisados.

Na verdade, e é bom que se diga, um processo que começou com muita força em 1976, veio a conhecer nestes últimos anos sérios retrocessos, desmobilizando muitos camponeses. Meponda, deputado da AP e velho veterano das zonas libertadas, ilustrou muito bem este processo: no princípio muitas pessoas tinham confiança e ingressaram nas cooperativas. Mas depois não tiveram bons resultados nas colheitas. Tinham prometido tractor, mas nunca chegou. Então voltaram para as suas machambas. Nós também temos dificuldades, continuamos porque somos responsáveis.

Foram as promessas fáceis que desanimaram os camponeses. Foi o erro de mobilização: em muitas aldeias não se fez ao camponês compreender que só ele, e mais ninguém, podia mudar a sua vida. O camponês ficou sempre à espera do tractor que não vinha; ficou à espera do camião que não chegou; ficou à espera de blocos de cimento que não vieram. Em suma, não contou com as suas próprias forças. Enriquecido com as contribuições dos deputados que no campo viveram as experiências de cooperativização, o PPI irá orientar as estruturas responsáveis

para a formação dos camponeses cooperativistas, com a introdução gradual de tecnologias de produção mais eficientes (caso da tracção animal), garantia do aprovisionamento dos factores e meios de produção elementares, como as sementes, as enxadas, as foices. O Estado deverá também apoiar as cooperativas no escoamento da sua produção garantindo a comercialização, sendo de rever os preços ao produtor por forma a que sejam um estímulo para a cooperativização.

A formação dos cooperativistas irá abordar questões muito práticas de organização e de melhoramento das técnicas de produção. As cooperativas continuarão a falhar enquanto os camponeses derem prioridade às suas machambas familiares. Hoje há «cooperativistas» que trabalham na machamba colectiva duas vezes por semana. O camponês, dizia um deputado, vai por tradição para a machamba antes do sol nascer. Para o da cooperativa, vai lá pelas sete horas, quando vai...

NÃO HÁ SÓ ERROS

Os deputados apontaram muitos exemplos bem elucidativos do que foram erros, mas tam-

na crise mundial

os outros sectores de- em contribuir para o desenvolvimento. Esta perspectiva serve, realmente, o interesse de todos, pois melhorando as condições de vida no campo, melhora a alimentação de toda a comunidade.

De um modo geral, esta é a opção de desenvolvimento que a Guiné-Bissau adoptou desde a independência mas que infelizmente, os progressos não foram os que se previam. A situação climática contribui para isso, mas foram também factores de atraso a valorização incomensurável de projectos de prestígio que, em vez de dinamizar a produção agrícola a ia sufocar. De facto, preciso investir no mundo rural e apoiar as populações, nos momentos exactos, em ma-

terial de produção e sementes agrícolas.

ORIENTAÇÕES A NÍVEL INTERNACIONAL

A ajuda alimentar, programas de alimentação complementares, subvenções selectivas e criação de armazéns praticando preços pouco elevados, figuram entre as medidas primordiais que permitem a redistribuição dos alimentos disponíveis, da comunidade internacional.

Entretanto, um documento da FAO sublinha que, se se quer eliminar a fome e a subnutrição, seria necessário redistribuir os rendimentos e os recursos naturais em grande escala, tanto ao nível nacional como internacional, o que dificilmente é rea-

lizável, acentua o mesmo documento.

Uma outra solução constituiria em aumentar a produção de víveres nos países em desenvolvimento. No decorrer da última década, a FAO insistiu várias vezes na necessidade desses países aumentarem a sua produção alimentar em pelo menos quatro por cento. Contudo, no decorrer dos anos 70, a taxa de crescimento da produção não subiu mais de três por cento.

Porém, reconhecem-se as imensas dificuldades que tornam difícil esse desejado crescimento.

Em geral, o aumento de produção alimentar deve resultar de um rendimento das terras já cultivadas. Os agricultores dos nossos países devem, portanto, utilizar, de preferência,

factores de produção, como produtos químicos, pesticidas, sementes melhoradas e culturas diversificadas. São igualmente necessários vastos investimentos no domínio da irrigação e utilização de adubos orgânicos disponíveis, menos caros e que são em grande parte inaproveitados.

Os serviços agrícolas destes países, especialmente os serviços de pesquisa, formação, comercialização e de crédito, devem ser reorientados em função das necessidades dos pequenos agricultores. Eles foram quase esquecidos no decorrer dos últimos dez anos. E a sua participação na luta contra a fome é essencial e indispensável, na medida em que eles constituem a esmagadora maioria das forças de produção agrícolas.

Moçambique

ém do que constitui avanços. Há cooperativas que, embora com dificuldades, podem ser modelo a tomar em conta. A cooperativa «Heróis Moçambicanos» é uma delas. Iniciada em 1976 numa área de 90 hectares inicial, passou para 380 hectares. Nos melhores tempos atingiu um rendimento anual de 12 contos para a cooperativa, o que era muito bom para quem não tem nem alimentação, nem casa, nem roupa, nem luz a pagar. Mas teve problemas: As pressões rodésias prejudicaram-na em dois milhões de metéis. Dos mil cooperativistas iniciais, 300 já partiram. Mas funciona e melhorou a vida dos moçambicanos que ali vivem. Tem um camião, um tractor, moto-bomba, cerâmica, padaria, padaria, loja, restaurante e posto de saúde.

Esta cooperativa servirá ainda para exemplificar as relações das cooperativas com as empresas estatais. A lei das Empresas Estatais acaba de sair estabelecendo as formas em que as relações se devem estabelecer. A «Heróis Moçambicanos» produz tomate. O CAIL produziu tomate. Resultado: houve excesso de oferta de tomate e a

cooperativa teve dificuldades em vender a sua produção. Se o CAIL e a cooperativa tivessem feito o plano em conjunto, nada disso teria acontecido; por vezes, constataram os deputados, a empresa estatal considera a cooperativa como mais um bloco da machamba. Não a têm como um organismo autónomo, com quem é preciso estabelecer relações de igual para igual.

As empresas estatais agrícolas têm já hoje mais peso económico do que as cooperativas. Amanhã esse peso ainda será maior. Em termos de investimento será lá também que o Estado irá concentrar os recursos existentes, mas logicamente não têm a complexidade política que o trabalho de cooperativização representa. E para este último sector deve ir toda a capacidade criadora do homem moçambicano.

FIXAR O HOMEM À TERRA

Mas o objectivo da socialização do campo não é apenas dar melhor vida ao camponês ou apoiar a industrialização. É, também, uma forma de estabelecer um melhor equilíbrio demográfico do País. Presentemente a ten-

dência registada em todo o País é a migração do campo para a cidade. Os jovens mal completam o ensino primário, agarram a sua mala de roupa e vão para as cidades. Aqui, nem sempre encontram emprego. As empresas e os serviços cada vez mais exigem mão-de-obra qualificada. E, não encontrando colocação, o jovem torna-se marginal. Rouba, mata, vive de expedientes.

Mas, porque é que o jovem corre para a cidade?

No campo não há divertimentos modernos. No campo não há cinema. No campo não há conjunto de música ligeira. No campo não há uma série de infra-estruturas que contribuiriam para prender o homem à terra, neste caso os jovens. São essas condições que ao longo da década serão criadas, no âmbito do PPI. E isso passa, necessariamente, pela atribuição de tarefas aos jovens de forma a que aos poucos se mate o mito das actuais cidades. As cidades crescem onde o homem as cria. No campo, podem-se criar cidades. E as cidades de hoje, por seu turno, terão que desenvolver os bairros comunais e as zonas verdes. Há muita mão-de-obra

desperdiçada. Essa mão-de-obra irá, através de uma correcta mobilização, dedicar-se ao cultivo da terra e à criação de animais. E este trabalho, materializando-se, irá eliminar a ideia que se começa a gerar de que as zonas verdes são destinadas à redução de marginais.

Pelo que dissemos pode-se entender bem o que é a socialização do campo e o que pretende, neste ponto, o PPI. Todo este projecto naturalmente que irá exigir sacrifícios de todos nós. Irá exigir uma maior actividade das Organizações Democráticas de Massas; irá exigir uma maior flexibilidade e trabalho científico do Aparelho de Estado; irá exigir muita lucidez e ponderação dos quadros; irá exigir um novo dimensionamento dos problemas quotidianos do homem moçambicano. Os sacrifícios exigidos, porém, não estão para além daquilo que realizado através do somatório das vitórias que fomos realizando todos os anos através do Plano de cada ano. Ganhando as vitórias este ano, no próximo, no outro e no outro, aos poucos se cumprirão as orientações do PPI e aos poucos iremos saindo do subdesenvolvimento.

Líbia: Suprimido o comércio privado

Até há relativamente pouco tempo, o sector privado no comércio era predominante na Líbia. Ao passo que a grande e média burguesia perdiam terreno, a partir de meados dos anos setenta, na sequência das medidas tomadas pelo governo referentes à nacionalização da indústria, construção, comércio externo, transportes, bancos, hotelaria, assistência médica e educação, as posições da pequena burguesia no sector comercial mantiveram-se intactas. A Líbia, com uma população de 2,5 milhões de habitantes, tem cerca de 60 mil comerciantes.

De acordo com a resolução do Congresso Popular e Secretariado de Assuntos Económicos da Líbia aprovou um Decreto que suprime as licenças de comércio particular de vestuário, calçado e electrodomésticos. Até ao fim do ano, será suprimido o comércio privado da carne, produtos alimentares e verduras. Anterior-



mente, já tinha sido transferido para a esfera pública o comércio de automóveis, materiais de construção, brinquedos e artigos de desporto.

A supressão do sector privado no comércio foi preparada lentamente, através de medidas tendentes a criar e fortalecer o comércio estatal e cooperativo. Inicialmente, era dado ênfase ao desenvolvimento das cooperativas de consumo. As empresas agrícolas organizavam as suas próprias lojas com a ajuda de créditos estatais e quotas de participação.

Actualmente, existem no país mais de 1 100 lojas deste tipo. As receitas provenientes da venda do petróleo — principal recurso natural da Líbia — permitem construir e abastecer rapidamente a rede comercial estatal e criar um sistema comercial, assim como importar artigos de consumo.

Nos dois últimos anos, abriram no país 225 lojas estatais que se dedicam ao comércio de produtos alimentares, roupa, calçado e artigos domésticos. A maioria dessas lojas — denominadas «mercados populares» — constituíram-se segundo um projecto tipo.

Nas vésperas da declaração da liquidação do sector privado no comércio, foram solenemente inaugurados em Trípoli, a capital, dois gigantescos centros comerciais, com seis andares e uma superfície de 25 mil metros quadrados, cada um dos quais pode atender diariamente 83 mil compradores.

Obviamente que os proprietários privados não cederam as suas posições de modo resignado. Numa série de lugares forjou-se artificialmente a escassez de produtos de consumo e outros artigos, o que provocou a especulação e o descontentamento da população. Em muitos sítios foi necessário que as autoridades intervissem e confiscassem os produtos aos proprietários. Por todo o país foram descobertos dezenas de armazéns clandestinos, tendo sido punidos os seus proprietários. (NOVOSTI)

Sporting, 0-Bolama, 3: Confirmada irregularidade leonina

Sporting: Cissau, Júnior (cap), Tchutcho, Mapa, e Zé da Cunha; Tony Tavares (Almeida), Sana e Ciro; Agostinho, Apache e Mamadu (Cadry).

Estrela Negra de Bolama: Namua; Piter, Victor, Sanhá (cap.) e Camala; Tchinho (Júlio), Bernardo e Canhão; Eugénio (Carlos), Abel e Mário.

Arbitragem: Graciano Ramos auxiliado por Infali Cassamá e Lássana Fati.

Ação disciplinar: Cartão amarelo para Mapa por jogo perigoso e para Victor, por discutir decisão do juiz da partida.

Golos — 1.ª parte 0-0. Segunda parte 0-3: Aos 51 minutos, num passe bem executado por Tchinho, Canhão abre o activo num remate bem colocado. Cissau ainda tocou no esférico, mas hesitante demais para evitar o início da derrocada. No minuto 57.º, na sequência de um contra-ataque, e com Zé da Cunha adiantado no terreno, Abel, após entrar na área, atirou à figura de Cissau que, entretanto, não teve coragem suficiente para fazer frente ao remate, acabando a bola por introduzir-se no fundo das malhas depois de bater no seu corpo. Carlos que entrou a substituir Eugénio, fechou a contagem aos 75 minutos, num remate de cabeça.

Resultado final: 0-3.

Com o segundo golo, os sportinguistas ainda crentes numa reviravolta, viram as suas pretensões irem irremediavelmente por água abaixo com um golpe de cabeça de Carlos. Esta derrota dos leoninos constituiu a maior surpresa de toda a jornada já que não se esperava uma grande réplica dos Estrelas, e muito menos que estes levassem a sua ousadia ao ponto de tomar as rédeas do jogo.

Os «leões perderam a garra» logo no início da partida ao deixarem, por excesso de confiança, as jogadas passarem com uma lassidão impressionante como quem diz «vamos vencer quer queiram ou não», sem contar com o adversário. O tiro saiu pela culatra! Depois veio o golo e com

ele a réplica, dos bolamenses que passaram a conduzir as rédeas do ataque e chegando até a desperdiçar flagrantes oportunidades que poderiam colocar o Sporting em situação embaraçosa. O nervosismo insuflou-se nas veias leoninas e Demba tentando salvar a situação fez entrar Cadry e Almeida. Foi uma tentativa que nos pareceu adequada para levar força e outra dimensão ao meio campo sportinguista onde só Ciro tentava levar a água ao moinho. A vitória estava a escapar das «garras» leoninas, porque nem Ciro (sempre vigiado) nem Cadry ou Almeida foram capazes de desmoralizar ou tirar o atrevimento aos (estrelas) que mereceram esta vi-

tória pelo jogo desenvolvido, muito mais esclarecido do que o Sporting, equipa muito irregular com derrotas quando menos se espera.

PODIA TER SIDO MEIA DÚZIA

Bula: Pedro; Mário, Pedro António (cap.), Sacramento e Braima; Manuel Sami (Manuel), Pedro Gomes e Sambú; Sebastião, Budai (ex-Estrela de Bissau) e Nicolau.

UDIB: Maio; João Gomes, Furé, Alvaro e João Carlos I (cap.); Lássana, Tatu (Tony) e Martinho; Baldé (Injai I), Djudju e José Manuel.

Arbitragem: Gregório Badupa auxiliado por José de Pina e Manuel Rodrigues.

Golos: Zé Manuel abre o activo aos 55 minutos, para Indjai I fechar a contagem no minuto 80.º

Um jogo em que a

ria a vez de Zé Manuel, na marcação de uma grande penalidade, adiar o desfeitear da baliza adversária.

AJUDA SPORT, 1 «OS BALANTAS», 1

EMPATE POR NÃO SINCRONIZAÇÃO

Empate certo num jogo em que o Ajuda Sport assim como o adversário deram a entender que ainda não se encontraram bem. A ligação entre as linhas média e a ofensiva é deficiente. Na primeira parte os ajudenses, desperdiçaram ocasiões enquanto os «Balantas» procuravam a melhor maneira de fazer funcionar o meio campo e a linha avançada com trocas constantes entre Sama (um médio de raiz) -Saliu-André. Após várias tentativas, Sama acabaria por ficar no seu lugar, onde foi durante este período o único brilho dos Balantas.

No tempo complementar, os visitantes entraram com outra desponibilidade e o primeiro sinal aconteceu quando Braimasinho, recebeu um bom passe de Sama, mas atirou para fora. O empate foi procurado com unhas e dentes pelos «azuis» que se viram coroados de êxitos no remate bem sucedido de Eusébio.

Tabela classificativa

	J	V	E	D	GM	GS	P
UDIB	5	4	1	—	9	3	9
Benfica	5	4	—	1	8	5	8
Ajuda Sport	5	3	2	—	9	7	8
Tombali	5	2	2	1	9	4	6
Bafatá	5	2	1	2	11	5	5
Sporting	5	2	1	2	10	6	5
Gabú	4	2	1	1	8	5	5
Balantas	5	2	1	2	3	5	5
Bolama	5	1	2	2	9	10	4
Farim	5	2	—	3	5	7	4
Cantchungo	5	2	—	3	7	12	4
Quinara	5	2	—	3	5	11	4
Ténis	5	—	3	2	5	10	3
Bissorã	4	1	—	3	5	11	2
Estrela Bissau	3	1	—	2	3	6	2
Bula	5	1	—	4	2	6	2

Resultados da jornada: Ajuda, 1-Balantas, 1; Sporting, 0-Bolama, 3; Quinara, 1-E. N. Bissau, 3; Bissorã, 2-Cantchungo, 4; Gabú, 4-Ténis, 1; Tombali, 0-Farim, 1; Bafatá, 0-Benfica, 1 e Bula, 0-UDIB, 2. **Hoje à tarde: jogo em atraso correspondente a 2.ª jornada, o E.N. de Bissau e Gabú disputam os dois pontos.**

União podia ter vencido por meia dúzia de golos se todas as oportunidades de golo que surgiram ao longo dos 90 minutos fossem concretizadas. Aos sete minutos Baldé perdeu uma excelente ocasião de inaugurar a r. Estando em tarde de desperdiçar golos, se-

Os bulistas aguentaram e esperaram, enquanto a União gastava ocasiões de marcar. Todavia, seria o mesmo Zé Manuel a abrir o activo aos 55 minutos e só aos 80 minutos é que Indjai I confirmaria a questão com a marcação do segundo tento udibista.

Torneio de ténis

O torneio de ténis em saudação ao Congresso Extraordinário do PAIGC conhecerá o fim após a realização da partida, em pares iniciados entre António Soares/Carlos Nicolay contra Nino/Manecas, cuja data será fixada oportunamente. Os dois primeiros afastaram Pepito e Bartolomeu por 6/3; 6/3. No entanto, hoje, disputam-se a final em singulares entre Tony Marques e Chantre e na classe feminina decorria, ontem, a partida entre Janny e Nancy enquanto procedíamos ao fecho desta edição.

Teve início na segunda-feira passada, o torneio de despedida ao actual campeão de Bissau em ténis e um dos sócios fundadores da Escola, Tony Marques, cujo exemplo como colaborador é valioso. **Em iniciados:** Regalla venceu Carlos Carvalho por 6/2 e Fortunato eliminou Carlos Nicolay por 6/4. Hoje serão disputadas as seguintes partidas: Helder Proença-Elias Habib e Laca Paralta-Miguel Habib. **Júniors singulares:** haverá hoje a partida Domingos-Klaus. Nesta Categoria foram disputadas as partidas: Raul-Justino, 6/2, 4/6 e 6/4. **Na classe infantil:** Luisinho derrotou, na segunda-feira, Fajô por 7/5 e Victor II venceu Djony Marques por 7/6.

TOTOBOLA

Segundo o escrutínio realizado pelo Totobola, o concurso n.º 15 teve três apostadores com 11 resultados certos devendo cada um receber a quantia de 18.180,00 PG. Com 10 resultados certos houve 51 apostadores cabendo a cada apostador a quantia de 1.069,00. O montante para cada prémio fora estipulado em 54.540,00 PG.

Seleção nacional - convocados 30 jogadores

Os novos técnicos da selecção nacional de futebol só agora, (muito tarde) convocaram para as sessões de treino 30 jogadores dos quais serão «filtrados» provavelmente os 22 que estarão presentes em Mindelo (C. Verde) com vista a Taça Amílcar Cabral de 10 a 24 de Fevereiro próximo.

São os seguintes jogadores: António da Silva (Bracia), Souleimane Djaló (Mané), Daniel Pontes (Niná), Alberto

Delgado (Beto), Augusto Vieira e Idelino da Silva do Sport Bissau e Benfica.

Maio Baldé, João Carlos Barbosa, Alvaro Embana, Martinho Fernandes, Bacar Sane (Clode) e Samba Baldé da UDIB.

Estrela Negra de Bissau: Cláudio Monteiro e Abdulai Cassamá. Ajuda Sport: Adão Correia, Carlos Handem (Dans) e José Eduardo Lopes (Biri). Sporting

Clube de Bissau: Ciro José da Costa e Ansumane Manafá (Mapa). Desportivo de Gabú: Francisco Aniz Handem e Salimo António Secuna. Sporting de Bafatá: Elói Malam Sane e Domingos Gomes. Desportivo de Farim: Alfredo José da Silva (Popo) e Orlando Tempo Gomes.

Os «Balantas» de Mansoa: Braima Camará e Issufe Queita (Sama) e por último, Futebol Clube de Bula: Pedro

Gilberto Mendonça (Pier) e Costa Sambú.

Ontem houve concentração dos atletas e hoje pelas 17 horas há treinos com bola. Segundo informações da Federação de Futebol, nos dias 8, 9, 15, 16, 22, 23, 29 e 30 do mês em curso os treinos serão realizados em dois períodos: das 8 horas às 9,30 e das 17 às 20 horas.

Pensamos voltar ao assunto com mas por menores.

Anúncio

Eng.º Técnico-electricista, encartado aceita pedidos de Montagem de ar condicionados, avarias, instalações domiciliários, projectos e assinaturas de plantas.

Os interessados podem contactar com o telefone 3021 das 15,30 as 16 horas, todos os dias, ou na sua residência no Bairro de Gambiada casa n.º 85 — B.

MUDANÇA DE NOME

Nicandro José Augusto de Lacerda Pereira Barreto, conserva-

dor dos Registos da República da Guiné-Bissau em Bissau.

Nos termos do número um do artigo trezentos sessenta e oito do Código do Registo Civil, faço saber que Joãozinho Pecixe, solteiro, maior, de quarenta e sete anos de idade, marinheiro, filho de João Monteiro e de Maria Gomes Paixão, ambos já falecidos, natural de Pecixe, Sector de Caió, Região de Cacheu e residente actualmente em Cabo Verde, requereu a alteração da composição do seu nome fixado no assento

de nascimento para **João Maria Monteiro.**

São por isso convidados todos os interessados incertos a deduzirem a oposição que tiverem no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste anúncio no Jornal «Nô Pintcha».

Nicandro José Augusto de Lacerda Pereira Barreto, conservador dos registos da República da Guiné-Bissau.

Nos termos do n.º 1 do Artigo 368.º do Código do Registo Civil,

faço saber que Alberto Matos Djassi, solteiro, maior, estudante, filho de Malam Djassi e de Assatu Sambú, natural de Sector de Catió, Região de Tombali, residente nesta cidade, requere a alteração da composição de seu nome fixado no assento de nascimento para Ansumane Djassi.

São por isso convidados todos os interessados a deduzirem a oposição que tiverem no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação deste anúncio no Jornal «Nô Pintcha».

ONU condena ocupação de Timor-Leste

O regime fascista da Indonésia declarou a sua intenção de continuar a anexação de Timor-Leste, depois da Assembleia Geral da ONU ter aprovado, na quinta-feira passada, uma resolução a favor da independência de Timor-Leste.

A resolução foi aprovada por 42 votos contra 46 abstenções. Apesar desta derrota, a Indonésia diz que vai ignorar a decisão das Nações Unidas e continuar a explorar a ilha maubere.

Por seu lado, Mari Alkatiri, ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste e dirigente da Fretilin, condenou a política de genocídio da Indonésia, que decidiu, segundo Alkatiri, «repovoar o território de Timor-Leste com 300 mil indonésios e destruir a identidade do povo maubere».

Alkatiri declarou que Portugal deve lançar uma vasta campanha diplomática internacional, destinada a «romper a barreira de silêncio erguida a volta da ocupação de Timor-Leste pelas forças indonésias».

Guerrilha em Porto Rico

SAN JUAN — Um grupo favorável à independência da ilha de Porto Rico reivindicou no último sábado a responsabilidade da explosão que destruiu no dia anterior uma das principais centrais eléctricas da ilha integrada aos Estados Unidos.

Os «Macheteros», um dos mais importantes movimentos independentistas portorriquenhos, indicou num texto colocado

num dos parques de San Juan, que o atentado teve por objectivo levar «os ricos e os milionários a fazer pressão sobre o governo para que este acabe com os abusos de que são vítimas os trabalhadores, os estudantes e o povo em geral».

Diversas vezes a Assembleia Geral da ONU aprovou resoluções nas quais exige a autodeterminação de Porto Rico.

Encontro Eduardo dos Santos-Abdou Diouf Representação da Unita em Dakar pode fechar

Angola e o Senegal vão prosseguir os encontros bilaterais com o objectivo de estabelecerem relações normais entre os dois Estados — acordaram na passada quarta-feira na Cidade da Praia os presidentes José Eduardo dos Santos e Abdou Diouf.

No final do encontro entre os dois chefes de Estado, descrito por fontes próximas das duas delegações como «amistosos», não foi divulgado nenhum comunicado. Contudo, os observadores prevêem que este encontro ao mais alto nível, que se verificou na presença do presidente da República caboverdiana, deverá desimpedir o caminho para o estabelecimento de relações entre Luanda e Dakar.

Os dois presidentes darão a conhecer a sua decisão a este respeito, quando de regresso aos seus dois países.

Esta cimeira de Cabo Verde pode ter ainda como consequência imediata o encerramento da representação da Unita (movimento fantoche angolano) em Dakar. O ex-presidente Senghor autorizou o grupo de Savimbi a abrir uma missão oficial na capital senegalesa e recusou-se reconhecer o Governo de Angola, no intuito de levar o MPLA a partilhar o poder com os rebeldes da FNLA e da Unita.

Fontes diplomáticas de Cabo Verde afirmaram que o encontro, cuja realização é atribuída aos esforços do presidente Mitterrand de França para dar nova orientação à política francesa em África, foi programado há bastante tempo.

Por outro lado, Cabo Verde e Angola decidiram coordenar e desenvolver as suas relações, dando maior importância às consultas regulares e às trocas de experiências.

Intervenção norte-americana no Sahara Ocidental denunciada pela OUA

Apoiar os esforços de paz no Sahara Ocidental e reforçar ao mesmo tempo a ajuda militar ao Marrocos — eis o paradoxal propósito da actual administração norte-americana, largamente

criticada nos meios diplomáticos internacionais.

Numa altura em que as perspectivas de uma resolução política do conflito saharauí são mais do que numerosas, os Estados Unidos introduziram um elemento perturbador, ao enviarem uma missão militar ao Sahara Ocidental ocupada, a fim de avaliar as necessidades marroquinas em armamento.

Deste modo, o referendo que a OUA pretende realizar no território com o apoio das Nações Unidas, corre sérios riscos de fracasso. Sentindo-se reforçadas por Washington, as autoridades de Rabat poderão ter a velevidade de prolongar por mais tempo a sua presença no Sahara Ocidental, ignoran-

do as resoluções das Organizações internacionais que reafirmaram o direito à autodeterminação e independência do povo saharauí, e apelam a negociações directas entre o Governo marroquino e a Frente Polisário.

Na terça-feira passada, a Assembleia Geral da ONU aprovou a moção da sua Comissão de Descolonização exortando Marrocos e a Frente Polisário a negociar um cessar-fogo imediato e a concluir um acordo de paz comportando um referendo de autodeterminação.

Esta decisão foi tomada por 76 votos contra 9, com 57 abstenções. Além disso, a Assembleia Geral aprovou por consenso uma moção pe-

dindo ao secretário-geral das Nações Unidas que forneça auxílio e assistência à Comissão de Aplicação das decisões da cimeira da OUA reunida em Junho último em Nairobi.

Por seu lado, a Organização da Unidade Africana (OUA) qualificou a recente visita ao Sahara Ocidental de uma delegação militar norte-americana de «prelúdio à introdução de armamentos sofisticados no conflito».

Num comunicado divulgado pela agência nigeriana de imprensa, o secretariado da Organização pan-africana declarou que a OUA manifesta «a maior preocupação face as tentativas de intervenção de qualquer Estado não africano no conflito».

EGIPTO: Os primeiros sinais de mudança

A libertação de 31 personalidades egípcias, entre as quais o conhecido jornalista Mohamed Hoykal, todos presos durante o regime de Sadate, confirma uma certa mudança que se tem verificado no clima político do Egipto, e que beneficia sobretudo a oposição parlamentar.

A decisão do novo presidente egípcio Hosni Mubarak, que desde a sua eleição defende o apaziguamento na questão da «sedição confessional», foi acolhida com uma certa satisfação, tanto mais que foi acompanhada por precisões da parte do chefe de Estado sobre os direitos dos opositores e de uma crítica implícita das detenções ordenadas pelo seu antecessor em Setembro último.

Segundo um dos presos libertados, Fathi Radouane, antigo ministro de Nasser, o presidente Mubarak teria afirmado que «a era das prisões de dirigentes da oposição já acabou» e que «no futuro nenhuma personalidade política seria presa antes de saber as culpas de que é acusada e de poder apresentar a sua defesa».

Os egípcios foram sobretudo surpreendidos pelo símbolo de acolhimento dos recém-libertados, pelo presidente, transferidos directamente da prisão para o palácio da presidência, facto bastante inédito no Egipto.

Todos são unânimes em considerar que virou-se uma «página nova» nas relações entre o poder

e os opositores, brutalmente tratados no ano passado por Sadate e pela imprensa governamental.

Contudo, ainda não se sabe nada sobre cerca de 40 dignatários cristãos coptas, entre os quais oito bispos. A sua prisão, em Setembro, tinha sido interpretada pelos observadores como uma «compensação» dada por Sadate aos religiosos islâmicos.

Permanecem também ainda sob prisão 65 membros de dois grupos comunistas de audiência bastante limitada, detidos no início de Novembro, no quadro do estado de emergência instaurado a seguir ao atentado de 6 de Setembro que vitimou o antigo «Rais».

FRANÇA-ARGÉLIA

EL DJAZAIR — A questão do preço do gás argelino vendido à França constitui o essencial do contencioso que subsiste entre os dois países e deverá ser discutida no decurso da visita oficial de dois dias que François Mitterrand, presidente francês, efectua desde segunda-feira a El-Djazair.

GUERRA DO GOLFO

TEERÃO — A rádio nacional iraniana anunciou que as suas tropas lançaram uma ofensiva e libertaram a cidade de Bostan (no Kuzistão), atingindo assim a fronteira iraquiano-iraniana e retomando uma grande parte do território ocupado pelo Iraque. Por seu lado, os iraquianos indicaram que neutralizaram uma ofensiva iraniana.

DESARMAMENTO

GENEVA — Recomeçaram anteontem na Suíça as negociações americano-soviéticas sobre a redução dos armamentos estratégicos na Europa. Este primeiro encontro foi consagrado à elaboração do processo das conversações. As negociações realizam-se após 13 meses de interrupção e marcam o reatamento do diálogo entre os dois países.

PERSEGUIÇÕES

LUSAKA — As autoridades racistas da África do Sul desencadearam uma campanha de perseguições contra os representantes da Igreja que apoiam cada vez mais o movimento contra o apartheid. Segundo anunciou em Johannesburg a agência «South African Press Association», a polícia política sul-africana revistou residências de vários representantes do Conselho das Igrejas da África do Sul.

REFUGIADOS

KAMPALA — Uma delegação ministerial ugandesa, conduzida pelo ministro da Cultura, James Rwanyara, deslocou-se ao sul do Sudão, a fim de tentar persuadir os refugiados ugandeses que aqui se encontram a regressar voluntariamente à província do Nilo Ocidental (norte do Uganda).

COOPERAÇÃO

MAPUTO — Os empresários portugueses que se deslocaram a Moçambique com o presidente Ramalho Eanes foram informados de que este país deseja a criação de uma empresa luso-moçambicana produtora de mobiliário para exportação. A cooperação portuguesa também é pedida nos domínios dos têxteis, construção civil e química.

